

CAPÍTULO 3

**Movimento trabalhista das(os)  
profissionais da educação**

Um dos capítulos da dissertação de Leonardo Silva (2006) sobre a construção da identidade política entre trabalhadoras da educação infantil enfoca o processo histórico de sua constituição, mediada pela luta sindical. Assim, o autor entende que a organização sindical docente, as lutas e as greves realizadas no âmbito dos conflitos educacionais favoreceram a aproximação dessa categoria de trabalhadores ao projeto histórico mais amplo dos movimentos da classe trabalhadora em geral.

O tema da identidade política docente se caracteriza pelos modos de autorrepresentação e de ações de determinado segmento de trabalhadores frente a conflitos sociais e relações de poder desiguais, mediados pela organização coletiva por meio dos sindicatos. Nesse contexto, a atividade docente é um trabalho complexo, que envolve, ademais da competência técnico-científica necessária aos processos de ensino-aprendizagem, o compromisso ético-político ligado a certo projeto sócio-histórico.

No que concerne à estruturação do mundo do trabalho ao longo do século XIX e grande parte do século XX, a identidade política esteve condicionada às determinações do capital monopolista ancorado na indústria e na tecnologia, que foi pautado pelos padrões produtivos fordistas e tayloristas. Isso explicita a importante passagem de uma etapa de luta do trabalho contra o capital, que se particularizou pelo surgimento de organização coletiva, basicamente os sindicatos e as coligações (SILVA, 2006). Essas organizações coletivas promoveram o aspecto político das lutas de classes, que, então, deixa de ser uma investida circunstancial

do mundo do trabalho contra o grande capital e se torna estrutural, almejando a superação desse modelo produtivo acumulador e monopolista.

A transmutação da população em massa de trabalhadores origina uma situação de desigualdade para os indivíduos e gera interesses comuns, produzindo uma classe social em relação ao capital. Em uma perspectiva marxista, é na luta de classes que os distintos setores trabalhistas se reúnem enquanto classe para si. Assim, a inserção das pessoas no mundo do trabalho capitalista favorece a formação de uma identidade política engajada na resistência e na tentativa de superação da ordem vigente e, com os docentes, não é diferente. Acontece que o modo de produção capitalista sofre mutações periódicas, impactando diretamente as organizações dos trabalhadores, sejam eles organizados coletivamente ou não.

Tais reestruturações do capitalismo, mais recentemente, atacam diretamente os sindicatos, instituições mais usuais de organização política dos trabalhadores. Conforme Silva (2006), esses impactos vêm se intensificando com o processo de heterogeneização e de fragmentação da classe trabalhadora, solicitando, portanto, a reinvenção das suas ações estratégicas. Isso significa que a centralidade do proletariado industrial, sujeito das mudanças históricas e econômicas, já não se realiza no presente estágio de desenvolvimento do capitalismo, cada vez mais financeiro e informacional, como pontua Castells (2001).

Logo, um aspecto fundamental da organização dos trabalhadores perante as relações de poder e os conflitos de classe é o processo de elaboração de uma identidade política dos trabalhadores. Essa identidade pode ser entendida como os processos de configuração da autoconsciência de uma coletividade, elaborada com base em sua posição, e a partir da qual articula suas ações e discursos, diante das relações de poder desiguais e dos confrontos de classe. Significa também a constituição da identidade materializada pela intervenção do sujeito na realidade e nas relações com outros sujeitos. Relativo à identidade individual de classe, o trabalho é o fator constituinte da subjetividade dos sujeitos e permite a construção de grupos coesos em torno de uma especificidade. De fato, a resistência, a luta e as maneiras de se posicionar, pensar e agir perante as contradições da sociedade de classes compõem a identidade política dos trabalhadores nos setores ocupacionais em que se encontram.

Assim, quando os trabalhadores da educação são categorizados como classe trabalhadora, importa saber até que ponto essa classe realiza as incumbências que lhe são colocadas pela história (LÚKACS, 1979, apud SILVA, 2006). É nos embates da luta pela existência que as questões da consciência de classe conformam os contextos decisivos. A construção da identidade, então, ocorre à medida que os sujeitos se reúnem em sindicatos, lutam e dão significado a essas lutas, a partir de preceitos opostos à sociabilidade corrosiva do capital.

O movimento docente sindical se mostra como um ator social importante no cenário político nacional, juntamente aos de outros servidores públicos, uma vez que se organizam e

lutam não somente por interesses corporativos, mas também pelo controle das políticas públicas das suas áreas de atuação e da apropriação e distribuição coletiva dos fundos públicos. Portanto, a luta conjuntural e, quase sempre, defensiva dos sindicatos, constitui um nível primeiro de conflito entre capital e trabalho, necessário à organização e à potencialização da luta de classes como um modo de superar a situação própria do metabolismo social capitalista.

Em relação à educação, as árduas condições de vida e de trabalho imputadas aos profissionais que atuam nesse setor instauram um processo de conflitos semelhantes vivenciados coletivamente por diversos sujeitos, originando situações e interesses comuns para grande quantidade de trabalhadores. Assim, no final da década de 1970, suas reivindicações ultrapassavam as demandas corporativo-salariais, integrando-se à luta mais ampla das minorias pelo direito à educação pública de qualidade e gratuita.

De acordo com Silva (2006), as mobilizações sindicais e políticas dos trabalhadores da educação permitiram a esses sujeitos a constituição de uma identidade política à esquerda, atrelada aos anseios das classes trabalhadoras pela democratização da educação e pela propagação de valores, representações e práticas coletivas opostas à ordem social capitalista. De fato, as insatisfações com as políticas econômicas excludentes, típicas da ditadura militar, foram um dos estopins dos movimentos de resistência no fim dos anos de 1970. Naquele momento, as mobilizações dos trabalhadores da educação começaram um processo de politização da docência, identificando-se com outros grupos de trabalhadores na luta por

uma sociedade mais democrática e justa. As associações de trabalhadores da educação, até então eminentemente associativistas, passaram a ser alvos de atuação de grupos de professores à esquerda, que, informados pelos combativos sindicatos dos trabalhadores dos setores produtivos, começaram a delinear organizações sindicais nos mesmos moldes. As associações, diferentemente dos sindicatos,

[...] funcionavam como espaço de encontro, lazer, construíam-se clubes, organizavam viagens, enfim, constituíam-se como uma entidade representativa dos interesses hegemônicos, pois não organizavam politicamente os trabalhadores, pelo contrário, seguiam as regras ditadas pelo Estado, até mesmo porque não era permitido ao funcionalismo público a organização sindical (SILVA, 2006, p. 74).

A permissão para a organização sindical ocorreu apenas após a Constituição Federal de 1988. Com isso, o modelo central de ação adotou a atuação do sindicalismo combativo com o forte recorte de classe presente nos “novos” sindicalismos dos trabalhadores do setor produtivo, tendo as greves como principal instrumento de mobilização e possibilidade concreta de trazer a público as condições da escola pública no Brasil. Tais ações condicionaram o surgimento de uma consciência coletiva e de uma identidade – de um “nós” – entre professores. No que se refere ao próprio movimento de atuação como educador,

[...] tais greves são compreendidas como resultados de esforços políticos coletivos, de aprendizado de cada professor, de mudanças na sua maneira de sentir, ver e agir [...], permitindo ao docente não só reconhecer-se e ser

reconhecido pelos seus pares, como também exigindo o reconhecimento por parte da sociedade e do estado (SILVA, 2006, p. 123).



**Figura 3:** Manifestação de professoras e professores em greve em Belo Horizonte (MG)

Fonte: Mídia Ninja. Imagem sob licença Creative Commons.<sup>5</sup>

O crescimento da sindicalização dos trabalhadores em educação se constituiu, então, como uma busca por construção de uma identidade política trabalhadora. Nos anos de 1980, seguindo o aumento da mobilização popular possibilitada pelo movimento de reabertura democrática da nação, o movimento sindical reaparece com forte capacidade mobilizadora e de transição democrática e combativa contra as injustiças sociais e as formas autoritárias de poder. Tal movimento levou à compreensão, por parte dos professores, de que eles integravam o proletariado. Despertar para isso mediou a constituição de sua identidade laboral enquanto sujeito coletivo. Porém, a consolidação da identidade política

---

<sup>5</sup> A imagem pode ser acessada pelo *link*: [bit.ly/manifestacao\\_professores\\_bh](http://bit.ly/manifestacao_professores_bh).

trabalhadora docente não se restringiu às entidades sindicais, tratando também da emergência do entendimento de que o magistério, como profissão, determina seus profissionais como trabalhadores que vivem e compartilham determinadas atividades, anseios, necessidades e lutas similares. Ou seja, a docência também cria a possibilidade de fazer surgir o sentimento de pertencimento, de uma identidade que manifesta a condição que os indivíduos ocupam no mundo do trabalho como professores.

Além disso, as problematizações de gênero suscitadas pelos movimentos feministas enriqueceram o movimento trabalhista docente. Isso ocorreu na medida em que, com o passar do tempo, essa categoria profissional, fundamentalmente constituída por mulheres, foi percebendo que o tratamento dado a ela pela mídia, governos e sociedade, bem como a importância dada às suas demandas, era diferenciada quando comparada ao movimento operário, que foi constituído majoritariamente por homens até a década de 1980.

A visibilidade política que o sindicalismo do setor público em geral atingiu no país na década de 1980 foi marcada pelo caráter combativo e organizado, pelo enfoque ao enfrentamento a partir de mobilizações em torno de greves e de luta das massas. Questionavam-se, entre vários aspectos, as difíceis condições de trabalho, o achatamento salarial, as diretrizes autoritárias do governo e as mazelas do modelo econômico adotado pelo Estado. De fato, “[...] os funcionários públicos organizados procuraram se assenhorar de seu destino social e político e esse é um fator de distinção no esboço de um novo perfil de agrupamento” (SILVA, 2006, p. 125).



A partir disso, o sindicato dos professores, ligados ao sistema público de educação básica, direcionou suas ações para três eixos políticos principais: transformação política geral, sindical e educacional. O engajamento e encaminhamento de tais lutas possibilitou que os trabalhadores em educação criassem realidades, identidades, utopias e solidariedade, mediadas pelas organizações da classe trabalhadora – movimentos sociais, sindicatos e partidos –, construindo os docentes como sujeitos coletivos. Os sindicatos, como forma peculiar de movimento social trabalhista, articulam as dimensões política e econômica, mostrando à sociedade os conflitos entre capital e trabalho, que se disfarçam sob relações ideologicamente colocadas como relações privadas a certos grupos profissionais, não revelando seu verdadeiro caráter social de exploração capitalista. Assim, tais relações são explicitadas e retiradas do imediatismo do âmbito de trabalho.

As ações político-sindicais politizam o espaço do trabalho e revelam as contradições capitalistas por meio dos conflitos abertos que são colocados diante do patronato. Segundo Silva (2006), a aproximação da categoria de trabalhadores docentes das classes populares, propiciada pela massificação da educação pública e da organização sindical da categoria, mostrou-se como um importante vetor de aprendizagem política e de construção de identidade política para esses profissionais nos embates por melhores condições de trabalho e de vida. Isso também permitiu a desmistificação da imagem de corporativismo, criada pelos meios de comunicação e pelos governos em relação aos movimentos docentes. Nesses termos, entre suas principais bandeiras, está a de “[...] garantir a todos o acesso à educação e garantir à classe

trabalhadora uma formação ampliada (formação geral, formação profissional e educação política), [o que] significa contribuir para a construção de uma vida social mais digna” (SILVA, 2006, p. 127).

Em síntese, levar a público a importância social, política, ética e econômica que envolve a atividade educativa formal, as apropriações que o capitalismo faz desse fenômeno e a desvalorização dos profissionais envolvidos com a educação pública representa uma ação política que concerne à afirmação de um projeto histórico antagônico ao que está em vigor atualmente. Constituir os(as) trabalhadores(as) em educação como sujeitos coletivos concretiza a premissa estabelecida por Marx e Engels de que “[...] as circunstâncias são alteradas pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado” (SILVA, 2006, p. 122).